



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de História

MARCEL D'OLIVEIRA CASTRO

**“DIVERTIMENTOS BÁRBAROS”: SAMBAS, BATUQUES E DIVERSÃO EM
BELÉM NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1869-1888).**

BELÉM

2024

MARCEL D'OLIVEIRA CASTRO

“DIVERTIMENTOS BÁRBAROS”: SAMBAS, BATUQUES E DIVERSÃO EM BELÉM
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1869-1888).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de História, da Universidade
Federal do Pará, como requisito para obtenção
do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Maurício Dias
da Costa.

BELÉM

2024

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos às pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho de conclusão de curso. Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Maurício Dias da Costa, pela orientação valiosa, pela paciência, incentivo constante e *feedbacks* construtivos que foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

À Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda, pela ajuda na delimitação do tema apresentado quando na forma embrionária e encaminhamento deste trabalho de pesquisa. Muito grato por sua ajuda.

À minha família, especialmente, a minha companheira Vânia Cristina Carvalho Félix, meus filhos Enzo Félix Castro e Marcele Félix Castro, meus pais José Juraci Siqueira de Castro e Maria Lúcia D'Oliveira Castro e meu irmão Marlon D'Oliveira Castro, pelo apoio incondicional, compreensão e encorajamento durante todo o período de pesquisa. Suas palavras de ânimo foram essenciais para enfrentar os desafios deste trabalho.

Agradeço aos servidores e estagiários do CMA- Centro de Memória da Amazônia; Biblioteca Pública Arthur Vianna e Arquivo Público do Estado do Pará, pelo acesso aos recursos indispensáveis para a realização da pesquisa. Grato!

E, já que nenhum Homem é uma ilha (Teilhard de Chardin), gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho.

Por fim, um salve para a Universidade pública, gratuita e de qualidade para todos e todas!

RESUMO

O presente trabalho busca evidenciar a sociabilidade urbana de negros escravizados, de pobres, libertos e mestiços, em Belém, na segunda metade do século XIX, entre 1869-1888; no que procura mostrar através de fontes de jornais, da época, os significados dados pelos moradores do entorno do centro da cidade e o posicionamento político-ideológico dos jornalistas em relação às práticas sociais realizadas pelos chamados "incivilizados", bem como a forma policialesca de controle do poder público em proibir as chamadas "diversões bárbaras", vez que as formas de divertimentos dos negros e pobres eram consideradas ofensivas e inconvenientes pelos moradores que moravam nos entornos de onde eram realizadas essas práticas. Essas manifestações culturais, no entanto, constituíram importantes elementos de resistência cultural e social para negros e pobres, desafiando o status quo e expondo as tensões sociais da época. A imprensa conservadora desempenhou um papel crucial ao atuar como elemento intimidatório, coercitivo e legitimador das ações repressivas do Estado, que não aceitava práticas como os batuques considerados incivilizados.

Palavras-chave: Negros escravizados; sociabilidade urbana; diversões bárbaras; controle público; escravidão.

ABSTRACT

The present work seeks to highlight the urban sociability of enslaved black people, poor people, freed people and mixed race people, in Belém, in the second half of the 19th century, between 1869-1888; in what seeks to show, through newspaper sources, of the time, the meanings given by residents of the city center surroundings and the political-ideological positioning of journalists in relation to the social practices carried out by the so-called "uncivilized", as well as the police-like form of control of public authorities in prohibiting the so-called "barbaric entertainment", since the forms of entertainment enjoyed by black and poor people were considered offensive and inconvenient by the residents who lived in the vicinity of where these practices were carried out. These cultural manifestations, however, constituted important elements of cultural and social resistance for black and poor people, challenging the status quo and exposing the social tensions of the time. The conservative press played a crucial role by acting as an intimidating, coercive and legitimizing element for the repressive actions of the State, which did not accept practices such as drumming that were considered uncivilized.

Keywords: Enslaved blacks; urban sociability; barbaric amusements; public control; slavery.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	7
2. AUTORES QUE DISCUTEM AS MANIFESTAÇÕES NEGRAS NO MEIO URBANO.....	10
3. A ESCRAVIDÃO E A SOCIEDADE BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX: A POLÍTICA, AS SOCIEDADES EMANCIPADORAS DE ESCRAVOS, A LUTA ABOLICIONISTA INTRAEELITE E A LEI DO VENTRE LIVRE.....	19
4. A REPERCUSSÃO DOS SAMBAS, BATUQUES E PAGODEIRAS NA IMPRENSA.....	31
5. CONCLUSÃO.....	34
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

“Nós abaixo assignados moradores da travessa Passinho e suas circumvisinhas agradecemos à pessoa que pelo Diário do Gram-Pará impetrou da polícia a extincção de uma senzalla que havia na dita travessa do Passinho, onde se reuniam muitos pretos a dançarem o batuque até alta noute, e que tanto nos incommoda e às nossas familias.

*Um paiz como este já tão adiantado em civilisação, de certo que deve repellir de seu seio este e outros divertimentos barbaros, que muito depõe contra quem os consente ”.*¹

Belém do Pará, 9 de fevereiro 1869.

*__James de V. Drummond Hay.__ Martinho Izidoro Pereira Guimarães.__Lourenço Barboza Torres.__Agostinho P. Lopes.__Manoel do Nascimento Pereira.__Antonio Dias Duarte.__Frederico Rhossard.*¹

O trecho acima foi retirado do espaço *A PEDIDO Agradecimento*, do *Jornal Diário de Belém*, do ano de 1869, que traz à tona, de um lado, a sociabilidade urbana experimentada por negros escravizados e certamente por seus descendentes, por pobres, libertos e mestiços; e de outro lado, os significados que moradores da cidade davam a estas práticas - como os que subscrevem o pedido ao jornal: James de Vismes Drummond Hay, escritor e diplomata escocês do século XIX, cônsul da monarquia britânica em vários países; Martinho Izidoro Pereira Guimarães, contador e inspetor do Tesouro Provincial; Lourenço Barboza Torres comerciante com estabelecimento na Travessa do Passinho; Agostinho P. Lopes, proprietário de prédio localizado no centro urbano de Belém; Manoel do Nascimento Pereira, 2º cadete, 2º Sargento militar; Antonio Dias Duarte e Frederico Rhossard, poeta, jornalista - proprietário e redator do jornal *Diário do Grão Pará*-, redator do *Diário de Belém*, *A Província do Pará*, *Arena* e *O Comércio do Pará*, funcionário público federal e proprietário de imóvel localizado no centro de Belém -, dando conta assim das relações de diversões no espaço urbano de Belém na segunda metade do século XIX.

Observa-se uma forma policialesca de controle do poder público em proibir os

¹ *Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial(PA)*. Sábado, 13 de fevereiro de 1869. Ano II, nº 33.

batuques, chamados pelos moradores da travessa do Passinho de “divertimentos bárbaros”. As formas de divertimentos dos negros e pobres eram consideradas ofensivas e inconvenientes pelos moradores dos entornos de onde eram realizadas essas práticas.

Os sambas e batuques possuíam vários significados e com diferentes participantes, diante das denúncias feitas no período pesquisado nos jornais mostram que eram realizados, principalmente, no bairro do Umarizal, indicando um conflito socioespacial. Para legitimar o controle, as autoridades defendiam que a prática poderia evoluir para rebeliões e que os costumes perturbavam a ordem pública². Outro argumento muito importante é o fato de que os batuques e festas dificultavam a europeização, principalmente no ambiente do período de pós-Independência – a Revolução Burguesa, a queda do absolutismo, a separação entre igreja e estado, as ideias iluministas que acreditavam que a razão conduziria os seres humanos ao progresso, surgidas no final do século XVII, na Europa, e chegadas no Brasil no século XVIII, tornaram-se norteadoras de condutas para sociedades de países ocidentais. Próximos a esses discursos, há o higienista que se baseava na normatização de espaços públicos e a normatização do corpo no sentido físico, moral e social³.

Esses discursos tiveram nos jornais grandes aliados que perseguiram os sambas e batuques, pois os mesmos ofenderiam a moral, aos bons costumes e a decência, necessitando, sob esta ótica, serem reprimidos e disciplinados, ressaltando que nessas práticas não havia participação apenas de escravizados, mas também de libertos, pobres e mestiços.

Negros, mestiços e pardos passam a ter uma presença mais efetiva nas práticas, assim como pessoas de classes subalternizadas.

Assim, os "divertimentos bárbaros" como o samba e os batuques, considerados formas de resistência cultural e social das comunidades negras e pobres em Belém, enfrentaram uma forte repressão por parte do Estado, apoiado pela imprensa conservadora da época. Esta imprensa desempenhou um papel crucial ao agir como um instrumento intimidador e coercitivo, legitimando um estilo de vida que excluía práticas como os batuques, consideradas incivilizadas, dada a diferenciação de classes e influência social e política que a nascente população urbana belemense começa a possuir e que visava à

² NETO, Lira. **Uma História de Samba: As origens**. Companhia das Letras. São Paulo. Ano 2017. p. 13.

³ *Ibidem* p. 33-34.

desafricanização do urbano.

Supõe-se aqui, que a repressão aos costumes e práticas negras, além de coibir tais manifestações de origem africana, funcionou mais afundo, como elemento de intensificação do controle social, mas não apenas isto colaborou para a europeização do meio urbano, que mais tarde seria importante durante a *Belle Époque*⁴, que valorizou e buscou reproduzir usos, costumes e arquitetura europeia nas principais cidades Amazônicas, sendo, inclusive capaz de apartar estas práticas para os entornos do crescente núcleo urbano da cidade.

Segundo Bezerra Neto⁵ no próprio espaço urbano de Belém existia significativa presença de trabalhadores escravizados negros, pelo menos desde as duas últimas décadas do século XVIII até 1823. Em 1839, Bernardo de Souza Franco estimava a população escravizada de Belém em torno de 4.580 indivíduos, já indicando uma diminuição da mesma. Em 1848, todavia, Jerônimo Francisco Coelho indicava coeficiente de escravizados um pouco maior, ou seja, 5.085 cativos entre os 16.092 habitantes da cidade, ou 31,6%. Em meados do século XIX, portanto, nas freguesias urbanas da capital, nesta época em número de três, a população escravizada de Belém ainda era bastante significativa. Mas, desde então, já se iniciava o declínio do contingente de escravizados na capital, enquanto aumentava aquele representado pelas pessoas livres.

A partir da segunda metade do século XIX, não somente os melhoramentos havidos no espaço urbano, mas o próprio crescimento da população citadina havia despertado mudanças na cidade. Inclusive, para o período de 1850 a 1872, Robin Anderson indica-nos que a taxa média de crescimento demográfico da capital paraense foi de 3,65% ao ano, ao mesmo tempo em que quase duplicava a população da província.⁶ Nos anos iniciais da década

⁴ “(...) Belém tornou-se, (...) um canteiro de obras que deveria ser atrelado aos parâmetros estéticos de países europeus, o que em parte se tornava possível graças ao aquecimento da economia produzido pela exportação do látex. Durante décadas, a cidade foi orgulhosamente chamada de a “Paris Tropical”, ou então a “Francesinha do Norte”, refletindo a construção de um imaginário que as elites tentavam imprimir através da moda, de comportamentos, hábitos e sobretudo pela feição que assumia a cidade na administração lealista(...)”. SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Memórias do “Velho” intendente: Antonio Lemos – 1869-1973**. 1998. p. 135/136. Tese (Doutorado Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.

⁵NETO, J. M. B. **Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888**. Afro-Ásia, Salvador, n. 28, 2002. DOI: 10.9771/aa.v0i28.21049. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21049>. Acesso em: 14 jun. 2024. Bezerra Neto, J. M.

⁶ Apud Weinstein, **A Borracha na Amazônia**, p. 56

de 1870, o *Almanach do Diário de Belém* indicava que nos quatro distritos da capital viviam 34.464 habitantes.⁷

Em 1882, segundo o jornal *Diário de Notícias*, em torno de 40.000 pessoas ali viviam,⁸ embora seja provável que o crescimento da população belenense estivesse subestimado, uma vez que o recenseamento de 1896 apontava uma população de 91.993 em Belém – número menor, todavia, ao estimado pelo Barão de Marajó em 1894, quando falava de mais de 100.000 pessoas.⁹ À medida que ocorria o crescimento demográfico da população livre da capital paraense, em que foi muito favorecido pela entrada dos imigrantes nordestinos desde os anos de 1870, diminuía a percentagem da escravizada, ainda que no começo da década de 1870 fosse mantido de certa forma o mesmo volume de escravizados existente desde mais ou menos vinte anos atrás.

Assim, embora quantitativamente relevante do ponto de vista da reprodução social, negros livres e escravizados¹⁰, esta população tem seus costumes e práticas consideradas não civilizadas e passam a sofrer perseguição e segregação legitimada pelos interesses do Estado e das classes dominantes sobre o espaço urbano.

2. AUTORES QUE DISCUTEM AS MANIFESTAÇÕES NEGRAS NO MEIO URBANO BRASILEIRO

Este trabalho está assentado sob alguns autores que discutem as manifestações negras no meio urbano brasileiro da segunda metade do século XIX, com foco, sobretudo, no papel das manifestações como resistência dessas populações na transição entre a escravidão e a liberdade, com a abolição. Outra gama de autores discutem a cidade de Belém e as práticas sociais de seus moradores neste espaço, principalmente na configuração de Belém da segunda metade do século XIX.

Vicente Salles. um dos primeiros pesquisadores no estudo sobre a presença do negro

⁷ Almanach do Diário de Belém. Ano 1878. Edição nº 00001.

⁸ Diário de Notícias, Diário de Belém, de 29/10/1882, p. 2.

⁹ Relativamente ao ano de 1896, ver Sarges, De criados, p. 3. No que diz respeito ao ano de 1894, ver José Coelho da Gama Abreu, Barão de Marajó, **As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram-Pará e Amazonas**, Belém, Secult, 1992, p. 391.

¹⁰ JUNIOR, Luiz Carlos Laurindo. **A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)**. Tese (Mestrado Ciências Humanas). 2012. p. 139. Universidade Federal do Pará. Disponível em https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/4571/1/Dissertacao_CidadeCamiloEscravidao.pdf

no espaço urbano no norte do Brasil, se limitando à região amazônica, em especial ao estado do Pará, Salles mostra a personalidade, a influência étnica e culturalmente, além da constituição, durante todo o regime da escravidão, o suporte da economia agrária, bem como não trata somente da história da escravidão do negro no extremo Norte do país, mas procura também, analisar sua presença como força de trabalho, como fator étnico, como elemento plasmador da cultura amazônica; o negro agindo e interagindo neste contexto, suas lutas e vicissitudes; nos mostra ainda uma proximidade de uma socialização dos costumes nas festas religiosas quando fala que Mestre Martinho foi o mais famoso festeiro de Belém de outrora. Salles também reafirma às queixas sobre os sambas e batuques e as notícias nos jornais em Belém na época:

(...) ¹¹Dalí também surgiam famosos cordões de bumbá, pastorinhas e se praticava, durante todo o ano, uma espécie de *samba noturno*, vindo este nome certamente da razão de os batuques serem realizados à noite. Como perturbavam o sossego público, o Diário de Belém, edição de 18 de setembro de 1884, reclamava e pedia providências à polícia, a fim de proibir esses sambas noturnos, obrigados a tambores e pandeiros e gritos agudíssimos, com *slanzio*, que se realizam pela rua da Pedreira, Travessa da Piedade e da Princesa(...).”

Bezerra Neto¹² a partir da pesquisa de jornais paraenses da segunda metade do século XIX, associado a outras fontes documentais faz uma (re)leitura de variados aspectos da escravidão na capital do Pará. Bezerra Neto defende que o crescimento da cidade de Belém nos seus variados aspectos, na crescente importância da borracha na pauta de exportação provincial e a riqueza daí gerada, colocava em questão a necessidade de melhor ordenamento e controle social do espaço, pelo menos aos olhos das autoridades e das elites.

Ainda que os estudos sobre o processo de reurbanização da capital paraense se detenham basicamente no período na gestão de Antônio Lemos à frente da intendência municipal, na Primeira República¹³, desde a década de 1860, todavia, existia em Belém a

¹¹ SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônia. Série José Veríssimo. Ano 1971. p. 189.

¹² NETO, J.M.B. **Mercado, conflitos e controle social: aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888)**. História & Perspectiva. Uberlândia, 2009.

¹³ Ver SARGES, M. N. **Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870/1910)**. Belém. Editora: Paka-Tatu, 2000.

emergência de práticas discursivas em defesas de reformas dos logradouros públicos. Do mesmo modo havia preocupações com os usos e costumes da população citadina, sob o poderoso prisma da ordem e civilização, principalmente por parte daqueles enriquecidos e aburguesados com o negócio da borracha. O Jornal *Diário de Gram-Pará*, por exemplo, na condição de mais importante periódico da segunda metade do século XIX na província e ligado aos interesses dessa elite extrativista enriquecida com a borracha, dizia dar publicidade a petições de cidadãos incomodados com as condições de vida e segurança na cidade.

Cidadãos esses das camadas médias urbanas e das elites que obviamente seriam assinantes dessa folha e, portanto, ligados à perspectiva conservadora do jornal, vinculado que era aos conservadores da província ao longo da sua existência no Império. Neste sentido, publicando as queixas dos seus leitores caso não fossem originárias da própria redação do jornal (Bezerra Neto, 2009).

Neste sentido, podia-se ir da necessidade da reforma dos espaços físicos à reforma moral dos costumes citadinos e de fato se tentava, sendo exemplo disto o código de posturas de Belém de 1882, que incorporou diversos capítulos e artigos dos códigos pretéritos, em cujo os artigos se vislumbra determinada política de reforma dos usos e costumes da cultura popular por parte dos poderes públicos, através de uma série de proibições visando o enquadramento das classes trabalhadoras. Costumes e práticas populares que estavam em desacordo com os valores burgueses civilizatórios espelhados na Europa pelas camadas médias e elites de Belém. Assim, “fazer bulhas, vozeiras e dar altos gritos sem necessidade”; fazer “batuques ou sambas” ou “tocar carimbó ou qualquer outro instrumento, que perturbe o sossego durante a noite”¹⁴ acabavam constituindo práticas ilegais, uma vez que contrariavam os paradigmas da cultura dita civilizada.

A reforma dos usos e costumes populares fazia parte das práticas de controle social dos poderes públicos e dos senhores sobre as classes trabalhadoras, procurando delimitar as esferas de ação das mesmas nos espaços públicos e privados. Daí a proibição dos jogos, rifas e assentamentos ilícitos nas ruas e ambientes fechados, como expresso no artigo 110 do

¹⁴ Conferir capítulo XVI do código de posturas, que trata dos jogos, rifas e ajuntamentos ilícitos, art. 110. Lei nº 1028, de 05 de maio de 1880, Coleção de Leis da Província. Quanto à citação, ver capítulo XI, das Bulhas e Vozeiras, art. 107, do referido código de postura.

sobredito Código de Posturas: “são prohibidos os ajuntamentos de escravos, filhos de família, famulos ou creados, nas lojas, tabernas, açougues, ruas e praças, sob pena de dez mil réis de multa cada um”. Apesar da lei, nos jornais, com certa regularidade, apareciam solicitações à polícia contra os diversos folguedos de escravizados, tais como batuques e pagodes, praticados em área próxima da residência dos queixosos.

No *Diário do Gram-Pará*, em 04 de fevereiro de 1869, publicava as seguintes reclamações:

Valha-nos a polícia

Travessa do Passinho, entre as Ruas das Flores e do Rosário, n'uma casa de sobrado, quazi todos os sábados e domingos até alta noite, os visinhos e circunvizinhos de semelhante casa são atordoados por uma senzala, onde se reúnem muitos pretos a dansarem o batuque!

Valha-nos a polícia, a fim de acabar com aquele interessante divertimento, que tanto incommoda, e que há muito tempo não se via no centro desta cidade.

Valha-nos a polícia.

Um Circumvisinho Incommodado. (Diário do Gram-Pará, 4 de fevereiro de 1869, p. 2.)

“E dizer-se que há gente neste mundo que se diverte com essa isocronia enfadonha”. Diário do Gram-Pará, 13 de fevereiro de 1869.

O *Diário do Gram-Pará*, foi um periódico com viés conservador, tinha como gerente Joaquim Lúcio de Albuquerque Mello – informação escrita no cabeçalho na primeira página do jornal -, que foi um político conservador pernambucano e que teve uma atuação significativa na imprensa paraense, sendo gerente, espécie de administrador do jornal “*Diário do Gram-Pará*”, um dos periódicos mais importantes da região Norte do Brasil, da segunda metade do Séc. XIX, e que apoiava a repressão aos batuques, considerando-os bárbaros e imorais, portanto, um verdadeiro atentado à civilização que tanto se prezava na boa sociedade, isto é, os segmentos sociais de condição acima das classes pobres e trabalhadoras. Enfim, tanto foi feito, que a polícia acabou com o dito batuque, merecendo agradecimentos públicos dos moradores insatisfeitos.¹⁵ Mas, há outras questões presentes nesta pequena história de repressão policial ao divertimento dos pretos da Travessa do Passinho. Em primeiro lugar, o

¹⁵*Diário do Gram-Pará*, 13 de fevereiro de 1869, p. 1.

discurso legitimador da necessidade de repressão do batuque associava-se à ideia de civilização, desconsiderando as práticas culturais desenvolvidas pela população negra e escravizada como integrantes dos comportamentos civilizados, revelando o caráter racial da questão; em segundo lugar, como a pronta repressão ao batuque que acontecia no centro da cidade, como há muito tempo não se via, somente ocorreu após a sua delação pública do *Diário do Gram-Pará*, dá para pensar que os mesmos existiam com a tolerância das autoridades policiais, principalmente na periferia, apesar das proibições legais.

Um ponto importante na reclamação acima é o uso do termo “senzala”: a palavra "senzala" tem sua origem no período colonial brasileiro e era utilizada para designar o local onde viviam os escravizados nas fazendas. Era um espaço de condições precárias e geralmente distante da casa principal, onde vivia o senhor de engenho.

Nas senzalas, os escravizados enfrentavam condições desumanas, trabalhavam intensamente e sofriam diversos tipos de violência física e psicológica.

Em contextos contemporâneos, especialmente em locais onde há uma comunidade afrodescendente significativa, o uso do termo "senzala" para descrever um espaço de celebração pode ser interpretado como uma apropriação insensível da linguagem histórica.

O termo "senzala" carrega uma carga histórica significativa ligada à escravidão e à opressão. Utilizá-lo para descrever qualquer espaço, mesmo que seja para festejos, pode ser percebido como insensível ou ofensivo por evocar lembranças de um período de sofrimento e injustiça.

O uso do termo "senzala" para descrever um imóvel usado por pessoas escravizadas ou libertas para festejos na cidade requer sensibilidade histórica e cultural, bem como uma abordagem cuidadosa para evitar interpretações negativas ou ofensivas. É importante considerar o peso histórico do termo e buscar alternativas que respeitem a memória e a dignidade daqueles que foram marginalizados e oprimidos durante a era da escravidão.

Argumento da pesquisa

O argumento principal para justificar a pesquisa é o fato de que Belém anterior à *Belle Époque* já apresentava como artifício civilizatório o controle social pelo Estado e pelas

populações do centro urbano sobre as práticas e costumes da população negra e pobre, habitante dos entornos urbanos da cidade. Este estudo buscará compreender a estratégia policiaesca do Estado na atuação de combate às práticas; o papel dos jornais como legitimadores de um modo de pensar conservador repressivo sobre as classes menos favorecidas e a contribuição para o processo de segregação das populações pobres, fenômeno que foi importante, inclusive, para a consolidação da segregação espacial na Belém atual.

O pesquisador Luiz Laurindo, nos mostra que além das queixas dos sambas e batuques no centro urbano de Belém, havia também, sempre com o mesmo viés civilizatório e moralizador, queixas das danças, como bem expõe um autor anônimo na publicação no jornal Diário de Belém, sob o título “Uma turba canina”, um artigo em julho de 1876.

O autor ainda discorre:

¹⁶(...)Carregado dos valores e padrões morais defendidos nas trincheiras da sociedade que se queria civilizada, o texto trata as “algazarras” praticadas pelos “homens corruptos e petrificados pelo vício” como “pagodeiras”.

Encerrando o artigo, o pesquisador indica, através de tipos sociais, alguns de seus participantes:

¹⁷(...) O “célebre façanhudo alfaiate”, o “gago e cioso”, o “chamuscado” e o “invicto colango”. Estas pagodeiras – ou simplesmente pagodes- também eram frequentadas por escravizados, conforme exposto em nova reclamação feita ao Chefe de Polícia, a qual denomina os pagodes de “*tropa moleque, baile sifilitico, chinfrim*” ou como melhor nome tenha e chamar se deva a uma dessas reuniões “sem lei nem roque” que por aí abundam em certos dias, frequeadas a escravos, bêbados e quantos perturbadores da ordem as procuram”.

“Algazarras”, “imoralidades”, “pancadaria” também dão o tom a outra notícia sobre estes momentos lúdicos, frequentados por negros livres e escravizados da capital paraense, o que sugerimos posteriormente, no final do Séc. XIX e início do Séc. XX, ter contribuído a ser nomeados de “sambas”. Foi em 26 de abril de 1881 que o Diário de Belém voltou a chamar a

¹⁶ JUNIOR, Luiz Carlos Laurindo. **A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)**. Tese (Mestrado Ciências Humanas). 2012. p. 146. Universidade Federal do Pará. Disponível em https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/4571/1/Dissertacao_CidadeCamiloEscravidao.pdf

¹⁷ *Ibidem*

atenção das autoridades para o fato de que no último domingo antes do dia 24, à noite, em um arrabalde da cidade, uma troça de negros de ambos os sexos recreavam-se em *saboroso samba, com altas cantarolas, batimentos de mesas e caixões*, num cortiço que está preste a cair de velho”. Essas práticas culturais eram consideradas de incivilizadas e expressamente proibidas nas posturas municipais.

Numa outra notícia, do periódico Diário de Notícias¹⁸, datada de 31 de janeiro de 1886, de título “E com a polícia”, como de praxe foi direcionado ao Chefe de Polícia. O alvo da denúncia: “pedem-nos que chamemos a atenção do sr. dr. chefe da polícia para uma gente de reputação duvidosa e desordeira, que moram em dois cortiços (...) e que diariamente ofende à moral e os bons costumes, já por obras e palavras, já pelo condenado costume do jogo de entrudo, no meio da rua, onde desenvolvem uma linguagem virulenta. (...) A queixa das famílias da travessa da Atalaia(...)”.

Diferentes notícias, textos estruturados de forma semelhantes. De um lado, autoridades e determinadas frações da sociedade tentando impor a ordem e uma moralidade específica à população como o todo. O objetivo, dizia-se, era instigar “sentimentos nobres” e “bons costumes” nos setores menos abastados da população – principalmente em se tratando de negros livres, libertos e escravizados – controlando seus movimentos individuais e coletivos, seu tempo de trabalho e seu tempo livre. De outro, através de divertimentos e outras práticas culturais relacionadas ao tempo livre, estes mesmos setores – que não se encaixavam na “Belém moderna” desejada pelos primeiros – não se redimiam diante dos intentos controladores e continuavam com seus pagodes e sambas, seus jogos e outros divertimentos, conquistando espaços e tempos e se autoafirmando em meio a valores ditos hegemônicos.

As pesquisadoras Nazaré Sarges e Franciane Lacerda¹⁹, ainda que discutindo um período posterior ao da pesquisa ora proposta, mostram o empenho depois, já no transcurso da República e do chamado ápice da *Belle Époque*, quando o Estado moldura de forma a

¹⁸ Diário de Notícias, 31 de janeiro de 1886. p. 2

¹⁹ LACERDA, Franciane Gama. SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém na virada do século XIX para o XX**. Projeto História, São Paulo, n.38, p. 165-182, jun. 2009.

sociabilizar e integralizar os costumes de acordo com as regras “civilizatórias” de seu interesse e da elite, quando indicam que a sociedade paraense da virada dos séculos denuncia um constante embate entre a ordem e a desordem, a “barbárie” e civilizado, numa compreensão de que a cultura dominante com seu componente político impõe um modelo de comportamento que passa a ser referendado por um conjunto de significados concretizados no *código de posturas de 1900*.

As pesquisadoras discutem as relações estabelecidas entre os grupos populares e poderes públicos em Belém na virada do século XIX para o século XX. Ao mesmo tempo, reflete-se também sobre as múltiplas experiências sociais construídas no cotidiano de moradores pobres da cidade, enfocando-se os conflitos e os significados de ações de poder e violência que muitas vezes mediavam estas relações. (SARGES e LACERDA, 2017).

O jornalista e pesquisador Lira Neto²⁰ discute o papel da música e suas relações no ambiente urbano do Rio de Janeiro no período de transição entre os séculos XIX e XX e revela, que por conta da tal “civilização e dos bons costumes”, as práticas musicais e religiosas dos negros africanos trazidos como escravizados, mesmo após a abolição foram extremamente reprimidas pelo Estado.

Lira Neto coaduna com a ideia dos autores, porém as relações se dão no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro no período proposto, indicando uma semelhança desse processo de sociabilidade dos costumes no ambiente urbano do Rio de Janeiro no período do final XIX e início do século XX. O autor revela, que em 22 de julho de 1892, chegou à capital Hilário Jovino Ferreira – negro pernambucano de vinte anos de idade. Criado desde pequeno em Salvador, fundador de um dos primeiros ranchos, chamado Rei de Ouro, e que chegara para instituir uma nova forma de folia, mais disciplinada e ordeira, com cordas de isolamento separando os brincantes do público das calçadas, vinha a calhar com os propósitos das autoridades desejosas por “civilizar” o Rio de Janeiro. Aos olhos do aparato repressivo, era preferível os moradores da zona portuária se reunirem durante o Carnaval em torno de Ranchos de origem natalina e vagamente católica a vê-los envolvidos, por exemplo, nos alvoroços do entrudo ou nos cortejos dos velhos cordões.

²⁰ NETO, Lira. **Uma história do samba e suas origens**. Companhia das Letras. São Paulo. Ano 2017. p. 27-42.

O Rei de Ouro forneceu o modelo e, nos anos posteriores, outros grupos similares brotariam no Carnaval da cidade, todos fazendo questão de se diferenciar do formato insubmisso dos antigos cordões. Os jornais, engajados na campanha civilizatória em curso na capital da República, teceriam loas às novas agremiações, comparando-as a uma espécie de versão popular das três grandes sociedades carnavalescas cariocas – o Clube dos Fenianos, os Democráticos e os Tenentes do Diabo -, grêmios de elite que promoviam desfiles luxuosos ao som de valsas e árias de ópera, com carros alegóricos e fantasias suntuosas inspiradas no exemplo do mais bem-comportado Carnaval veneziano.

Como bem mostra dois trechos do livro em que fica claro a busca da sociabilidade e da domesticação dos corpos e dos costumes outrora chamados de “*espírito grosseiro e canalha*”:

²¹“Cabe-nos a glória de ter sido sempre os primeiros no torneio do espírito, mas do espírito fino, e não desse espírito grosseiro e canalha que inebria as crioulas baianas”, proclamava, a propósito, um anúncio mandado publicar nos jornais pela diretoria dos Democráticos.

(...)

Esse enaltecimento demonstrado no anúncio, de serem os primeiros a pertencerem ao chamado “espírito fino”, vai ao caminho da adequação da folia nascida entre pobres, negros e marginalizados, vez que parecia ter encontrado um possível acesso para conquistar as benevolências do poder e o aplauso das classes bem-nascidas. O tempo mostraria o preço a ser pago por esse gradativo pacto de aceitação pública, de um lado, controle social, de outro: a crescente domesticação dos corpos – e uma conseqüente desafricanização dos espíritos.

Desafricanizar a capital da República, aliás, era uma missão que as autoridades vinham pondo em prática em nome da modernidade e da civilização (NETO, Lira, 2017).

²¹ NETO, Lira. **Uma história do samba e suas origens**. Companhia das Letras. São Paulo. Ano 2017.

3. A ESCRAVIDÃO E A SOCIEDADE BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX: A POLÍTICA, AS SOCIEDADES EMANCIPADORAS DE ESCRAVIZADOS, A LUTA ABOLICIONISTA INTRAEELITE E A LEI DO VENTRE LIVRE.

Neste tópico abordaremos o ambiente efervescente de enfrentamentos; as criações de sociedades emancipadoras de escravizados e o embate abolicionista intraelite encadeado com intuito de aprovação da lei do Ventre Livre e de abolição da escravidão. A socióloga e pesquisadora Angela Alonso, diz que:

²²“para existir, um movimento social precisa organizar associações e eventos públicos, materializar-se como mobilização coletiva, o que só ocorrem em conjunturas políticas que facilitam o uso do espaço público para exprimir reivindicações. Tal situação se configurou no Brasil no fim dos anos 1860, graças a três mudanças. Uma foi a cena internacional (...) outra transformação produziu-se com a aceleração da urbanização (...) A terceira mudança foi de conjuntura política”.

Nessa conjuntura, surgiram associações abolicionistas e o ativismo em favor da abolição:

²³“(…) associações antiescravistas se formaram em curva ascendente durante os debates do ventre livre entre 1869 e princípios de 1871, em onze das vinte províncias do Império. Distribuição geográfica explicável mais pela política que pela economia, pois eclodiam onde os Liberais, sub-representados no Parlamento, em especial membros de sua facção Liberal Radical, movimentavam o espaço público. Foi o que se passou em São Paulo, onde surgiram duas sociedades, e no Rio Grande Sul e Pernambuco, palco de três cada. A proximidade com os Liberais animou também cinco grupos na Bahia e outros dois no Ceará. Na capital do país apareceram mais duas, e Maranhão, Amazonas, Espírito Santo e Piauí sediaram uma associação cada. Várias sociedades se mobilizaram a propósito do projeto do ventre livre, e duas delas, uma baiana, outra pernambucana, enviaram à Câmara requerimentos em apoio ao projeto do governo (...)”.

E, a partir de 1880, o crescimento exponencial das associações emancipadoras:

²² ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. 1ª Edição – Companhia das Letras. São Paulo. Ano 2015. p. 17.

²³ *Ibidem*, p. 68.

²⁴(...) o associativismo explodiu (...) pipocaram para além da corte, no gordo ciclo de mobilização, com a formação de 227 associações, em média trinta por ano, distribuídas entre todas as províncias do Império. (...)

²⁵(...) As associações eram heterogêneas, umas com meia dúzia. Outras com cerca de duzentos membros; umas nas capitais, outras nas cidadezinhas; umas longevas, outras efêmeras. Sua variedade, como seu volume, mostram a disseminação da inclinação antiescravista no Brasil na primeira metade dos anos 1880. Tanto nas regiões com muitos escravos, o Sul, como naquelas com poucos, o Norte, tanto intraelite como fora dela. Somavam-se ainda as declarações pró-abolição de associações organizadas para outro fim, como a Sain, o Instituto dos Advogados e órgãos de imprensa. O abolicionismo extrapolava seu perímetro político e geográfico original, nacionalizava-se.

(...)

ALONSO mostra em sua pesquisa o registro daquela que seria a primeira associação abolicionista na província do Pará, criada em 1878, chamada Liga Libertadora; contudo, vimos através de citações de pesquisa histórica²⁶, que já havia associação criada anterior ao ano de 1878; como exemplo, a “Associação Philantropica de Emancipação de Escravos”, criada no ano de 1869, de acordo com artigo publicado no Jornal O PELICANO, em 30 de junho de 1872:

Algumas palavras sobre a Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos

Quando esta sociedade humanitária se fundou na capital desta província, no ano de 1869, bem longe estávamos de pressentir que apenas dois anos depois viria a lei de 28 de setembro traduzir em realidade as aspirações da nação inteira, ainda que um pouco cerceadas pelas conveniências econômicas de um país novel, falto de braços aptos para trabalho da agricultura, que constitui sua principal riqueza; no entanto grande foi o entusiasmo com que o público acolheu aquela ideia generosa, para cujo triunfo se solicitava a cooperação de todos os homens sinceramente amigos da liberdade, preconizada pela religião e pela filosofia. Ainda não estava instalada a sociedade, nem mesmo aprovados pelo governo da província seus estatutos, e já se havia resolvido conceder a manumissão à 6 ou 8 dessas infelizes criaturas, votadas a uma abjecção selvática, levando-se isso a efeito sem demora e sendo as cartas entregues no dia da festa solene de instalação, a que somente assisto a primeira autoridade eclesiástica, o rvdm. cônego José Gregório Coelho, então governador do bispado, porém não o exmo. Presidente da província, a quem cumpria saudar essa nobre empresa e estimular seus operários com palavras de animação. Antes da

²⁴ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. 1ª Edição – Companhia das Letras. São Paulo. Ano 2015. p. 181.

²⁵ *Ibidem*, p. 182.

²⁶ Jornal O Pelicano, 30 de junho de 1872. Edição 00003. p. 2.

instalação forma enviados donativos à sociedade e o fizeram mesmo dois distintos cidadãos, sócios daquela, depois de sua fundação; mas desde então, se não nos falha a memória, caiu ela em um verdadeiro estado de letargia, tornando-se praticamente impossível a reunião do Conselho Administrativo, composto de trinta membros além dos sócios beneméritos. Neste estado de abatimento veio despertá-la a lei de 28 de setembro, lei essencialmente brasileira que não pertence a nenhum dos partidos políticos que se digladiam no país; pareceu a princípio que era uma fâisca elétrica que reanimava esse cadáver exausto; os sócios conversavam sobre a necessidade de reerguer a sociedade, por toda a parte que por ventura se encontravam; sorriram novas esperanças aos verdadeiros amigos da abolição da escravidão e tratou-se de suprimir o Conselho do 30 como o maior obstáculo ao rápido e pronto efeito da administração.

Entretanto, revela dizê-lo de passagem, não foi com somenos dificuldades que se reuniu a assembleia geral para fazer essa alteração nos estatutos, reservada a reforma completa d'eles para depois que o governo imperial houvesse baixado o regulamento para a boa execução da lei de 28 de setembro, pelo qual a ainda se espera.

Substituído o Conselho por uma diretoria composta de três membros, para a qual foram transferidas as atribuições d'aquela, conceberam todos os amigos d'essa instituição importantíssima muito mais lisonjeiras esperanças, mas bem cedo viram transformadas em uma cruel decepção.

Para poupar palavras basta dizer que, tendo infelizmente falecido no princípio do corrente ano o 2º secretário eleito sr. Carlos Manoel de Sousa Trovão, de saudosa memória, moço modesto e sem alta posição social, mas distinto por seus nobres sentimentos, diligente e assíduo aos trabalhos de que se encarregava voluntariamente, até hoje não foi possível reunir-se assembleia dos sócios para eleger lhe um substituto, não obstante já por muitas vezes anunciada.

Pelo lado financeiro não menos desventurada tem sido depois de sua fundação a sociedade de emancipação de escravos; a receita se conserva indefinidamente no estado de probabilidade e pode dizer-se que são insuperáveis os embaraços com que luta o tesoureiro braço a braço.

Nunca acreditamos que associação semelhante se visse constringida a estacar ante uma barreira de bronze, levantada quiçá pelo egoísmo, ou tivesse de submergir-se no pégo da indiferença mortífera, que envenena os maiores cometimentos humanos, mas agora já se vai infiltrando em nossa alma uma tal descrença e aborrecimento, que desconfiemos de nós mesmos.

Não haverá sem dúvida poder algum no mundo que seja capaz de impedir a marcha ascendente dessa ideia grandiosa, que é um padrão de glória do século luminoso, em que vivemos, pois do contrário; terminaríamos este artigo aconselhando a convocação de uma assembleia geral para tratar da conveniência de dissolver a Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos.

A "Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos" foi uma organização criada durante a segunda metade do século XIX. Seu objetivo principal era promover a conscientização pública sobre a questão da escravidão e trabalhar ativamente pela abolição.

Em 1883, no município de Gurupá-Pa, deu-se a criação da *Sociedade Emancipadora Gurupaense*:



Fonte: Jornal O Abolicionista Paraense, 18 de junho de 1883. Edição 00004.

A partir disso, concluímos que houve no espaço urbano belenense, no período pesquisado, assim como no cenário nacional, movimento de sociedade abolicionista e também do poder conservador. ALONSO, revela que, inicialmente, os membros das associações abolicionistas provinham, em sua maioria, da elite social: viscondes, barões, ocupantes de bons postos públicos e com acesso aos partidos e que, por isso, foi um movimento feito por uma elite abolicionista. Entre 1880 e 1885 as associações ganham como membros também gente de menos fumos: homens livres de profissões subalternas, como caixeiros empregados no comércio, tipógrafos, artesãos, solicitadores, jornaleiros, cozinheiros.

De outro modo, houve embate no ambiente da política partidária: Partidos Conservador e Liberal, bem como através da arte, a exemplo da literatura da época. De um lado temos o governo provincial, jornais e escritores com inclinação conservadora: o caso de Abel Graça, pertencente ao Partido Conservador, presidente da província do Pará, entre 1871-1872; jornais *Diário de Belém*, *Diário do Gram-Pará*, como exemplos de periódicos conservadores; e na literatura o caso mais vistoso é do escritor João Marques de Carvalho (1866-1910), nascido em Belém, tornou-se diplomata e jornalista, inclusive trabalhando no jornal *Diário de Belém*.

Marques de Carvalho através de sua obra de maior evidência: Hortência, romance

naturalista, publicado na província do Pará em 1888, teve por fundo um fato ocorrido em Lisboa-Portugal, cujo enredo retrata um incesto entre dois irmãos negros, cujo tema tem por base o desvio social, como bem aborda a geógrafa e pesquisadora Carmen Rodrigues explica:

²⁷“(…) Nele o autor trata de um tema sempre presente nas sociedades humanas, mas quase sempre silenciado: o incesto entre irmãos. Considerado como um *escândalo* que expõe as fraquezas humanas, que fere as normas sociais e que coloca em risco a ordem familiar e da própria sociedade como um todo, o incesto é caracterizado, a partir de doutrinas e teorias que atravessam a própria história da humanidade, como uma *profanação* no interior da família, como um *pecado* contra a lei de Deus, como um crime hediondo contra a natureza humana, como um *desvio* das regras sociais estabelecidas, regras *sagradas* que o desviante não consegue seguir em virtude de sua natureza anti-social, pecadora, transgressora, animal.(…)”

Mais adiante a pesquisadora enfatiza:

“(…) É importante destacar, a partir do tema, a posição do autor na defesa das teorias naturalistas, racialistas, deterministas, que explicam os temperamentos e comportamentos sociais e individuais. Pretendendo justificar sua posição de observador, *científico* da sociedade paraense, o autor chama sua obra de “observação”, define seu romance como “naturalista” e “fielmente inspirado em um fato verídico” (CARVALHO, 1977, pp.188), do qual foi apenas “o observador, o analista e crítico de certo acontecimento” (CARVALHO, 1977, pp.190). Dentro do espírito do romance do naturalista em foco, o desvio é algo “patológico” e ao mesmo tempo é “normal” quando se refere a determinadas pessoas ou grupos sociais: essas pessoas ou grupos estão condicionadas – pelo sangue, pelo temperamento, ou pelo meio social – a cometerem atos anti-sociais. Por outro lado, do ponto de vista da sociedade como um todo, o desvio (ou certos comportamentos desviantes) deve ser necessariamente silenciado, para não colocar em risco o equilíbrio da sociedade(…)”

Por outro lado, tivemos no mesmo período Luiz Demétrio Juvenal Tavares, que foi escritor, professor, jornalista, promotor público. Juvenal Tavares nasceu em Cametá, em 1849 e faleceu em Soure, em 1907, com 58 anos.

Na apresentação da obra, *Na Academia: Juvenal Tavares e Azevedo Ribeiro (Traços biográficos)*,²⁸ Maria Annunciada Chaves, Presidente do Conselho Estadual de Cultura do

²⁷ RODRIGUES, Carmem Izabel. **Hortência: natureza, desvio e diferença em um romance amazônico**. Revista MOARA, n. 33, p. 131-150, Belém, jan/jun. 2010.

²⁸ BARBOSA, José Maria de Azevedo. **Na Academia: Juvenal Tavares e Azevedo Ribeiro (Traços biográficos)**. Conselho Estadual de Cultura. Coleção “Literatura Paraense”. Série “Eustachio de Azevedo”. Belém-Pará. 1979.

Pará, revela que “Juvenal Tavares foi uma das figuras mais brilhantes da chamada “escola sertaneja”, que vicejou no Pará entre 1870 e 1885, impregnada dos nossos costumes roceiros, do sentimento puro e rústico do homem do interior.”

Segundo José Barbosa, Juvenal Tavares tinha aversão aos conservadores, bateu-se sempre contra a monarquia, de prosa e verso, por ele assinados. Pugnou incessante mesmo na imprensa liberal e depois na republicana.

Na introdução de sua obra *A VIOLA DE JOANNA*²⁹, publicado na província do Pará em 1888, Juvenal Tavares revela que sua heroína, Joanna, é uma ficção; mas uma ficção que exprime a maior realidade de nossa sociedade; porque não se finge, senão o que realmente existe. Vejamos:

MODINHA II

MULATA – sangue de gato,
Mulata – sangue sem lei,
Se tu queres ser rainha,
Toma meu sceptro de rei.

Verás, mulatinha bela,
Que varinha de condão!...
- Faz esquecer ao captivo
As dores da escravidão;
Faz desprezar os deleites
Da próxima Redempção.

MODINHA XII

MINHA Joanna está livre,
Livre, livre como o vento;
Livre, livre como as ondas,
Livre como o pensamento
Não é só o ventre d’ella
Que goza da liberdade;
Da cabeça até aos pés
Ella é sua propriedade.

Quando quer, dá seus passeios;
Vae aqui, vae acolá;
Acabou-se a *nhanhá velha*,

²⁹ TAVARES, Luiz Demétrio Juvenal. *A Viola de Joana. Versos sem Arte*. Impresso na tipografia do “Diário de Notícias”. Ano1888.

Não conhece mais *sinhá*.

Já não tem impedimentos,
Vai fazer filho a vontade...
Ai! amor, me abraça e grita:
- Viva a santa liberdade!

Já lá se foi o bom tempo
Do tirano mestre André,
Que com quatro badaladas
Nos punha de logo de pé.

Joanna, bella Joanninha.
É nosso agora este mundo:
Vamos fazer um filhinho,
Que se chamará Raymundo.

Na mesma obra *A VIOLA DE JOANNA*, Juvenal Tavares apresentou um poema sobre a obra *Hortênci*a, de Marques de Carvalho:

MODINHA XXI

HORTÊNCIA é vil, é nojenta,
Não é mulher, é cachorra:
Uma beleza cloacina,
Uma inocência de borra.

Mais brutal que um cavalo,
Mas lascivo do que um bode,
Lourenço, animal imundo....
Falar nele nem se pode!

Esse mano e mais a mana,
- Dois abortos enfezados
A natureza horrorizam,
Dos homens são desprezados.

Negro borrão, que deturpa
O belo quadro do amor;
Ofensivo do bom gosto,
Ofende o próprio impudor.

Em nota, Juvenal Tavares explica que o poema acima se refere aos dois principais personagens de *Hortênci*a, e que “nos toscos versos não se faz nenhuma alusão de malevolência nem a obra, que aprecio, nem ao autor que estimo”.

Na mesma nota, discorre sobre a Lei Áurea: “Estava-se então esperando o estrondoso acontecimento de 13 de maio, em que votou-se nas câmaras brasileiras a diamantina lei, que

extinguiu a escravatura neste país; lei pequeníssima em seus termos, porém enorme, imensurável em seus efeitos e imortal na história do Brasil e nos fatos da humanidade.

Já no ambiente político-partidário nacional, em meados da segunda metade do século XIX, havia disputa entre o Partido Liberal que contestava a prevalência da supremacia do Partido Conservador. Com a pressão, o Partido Conservador respondeu com modernização; ampliou o acesso ao ensino superior, reduziu os custos da imprensa e propôs uma Lei do Ventre Livre. Essas iniciativas, em destaque a propositura da Lei do Ventre Livre, causaram uma crise política intra elite, com isso o ingresso de novos atores no debate político, no que surgiu a primeira mobilização abolicionista e em contra-ataque a ofensiva escravista (ALONSO,2015).

A facção dentro do Partido Conservador chamada “emperrados” resistiu à aprovação da Lei do Ventre Livre, tendo entre os componentes mais eloquentes o parlamentar e escritor José de Alencar, que defendeu ferrenhamente a não aprovação da Lei.

(...) Para ficar em José de Alencar, seu *O tronco do ipê*, lançado durante os debates do ventre livre, apresenta um personagem, o velho africano pai Benedito, como “*um grande bugio negro*”, *bruxo pacto com o demônio, que animava, sob o ipê*, “*um samba infernal*”, “*batuque endemoninhado*”. *Animalesco e demoníaco, danação racial e inferioridade cultural (a feitiçaria), coquetel do qual o negro emerge um bárbaro (...)*” *Grifo nosso*. (ALONSO,2015. p.58)

No ambiente literário nacional tínhamos José de Alencar (1829-1877), escritor, jornalista e político, fora um defensor do *status quo* em favor da escravidão não somente em sua vida política conservadora, mas também em boa parte de sua obra literária, Leonardo Pereira, discorre em relação a obra mais conhecida O Guarani, de 1857, revela:

³⁰(...) As razões do grande interesse despertado pelo romance ligavam-se não apenas ao talento narrativo de seu autor, mas também à proposta que ele explicitamente tentava contemplar: a de constituir um mito da nacionalidade, capaz de afirmar as bases de coesão de uma nação que lutava para afirmar sua originalidade. Escrito em meio às tentativas letradas de definir o caminho de afirmação de uma genuína literatura brasileira, O Guarani apresenta uma proposta de afirmação da matéria nacional. Ao situar a história no primeiro século de colonização portuguesa na

³⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O avesso do mito: escravidão e relações de dependência em o Guarani**. Revista literatura e sociedade. Nº 29, p. 182-203, jan-jun 2019.

América, Alencar abordava o encontro de duas nobrezas distintas em meio à natureza tropical: a de origem europeia, representada pelo fidalgo Dom Antonio Mariz e sua família, da qual fazia parte a jovem Ceci; e a indígena, que tem em Peri seu único representante. Como o próprio autor reconheceria em 1872, tratava-se de uma alegoria da “gestação lenta do povo americano”, que saía “da estirpe lusa” para “continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seus progenitores” — na configuração de uma narrativa que se apresentava como um poderoso mito da nacionalidade.”

(....)

“(....) Um elemento, no entanto, se mostra ausente dessas leituras habituais sobre o sentido do mito de nacionalidade construído em 1857 por Alencar: a escravidão, que representava então nexos e dilema fundamental da sociedade brasileira. (....)”

“(....) Através da relação entre Peri e Ceci, José de Alencar forjava assim um quadro no qual a escravidão aparecia como uma relação nobre, contraposta a outras formas de hierarquia baseadas no interesse. (...).”³¹

Leonardo Pereira, descreve como o autor utiliza a relação entre os personagens Peri e Ceci para construir uma visão da escravidão que contrasta com outras formas de hierarquia.

Em "O Guarani", Peri é um indígena que se torna escravo de Ceci, uma jovem branca, mas a relação entre eles é marcada por uma nobreza idealizada. José de Alencar retrata essa relação como uma forma de escravidão que é supostamente mais benevolente e nobre em comparação com outras hierarquias sociais baseadas apenas em interesses materiais ou econômicos.

Assim, o trecho sugere que José de Alencar utiliza essa dinâmica para apresentar a escravidão como algo mais aceitável ou até mesmo nobre quando há um vínculo afetivo ou moral entre senhor e escravo, em contraste com outras formas de dominação que são vistas como mais cruéis ou desumanas.

Já Alexei Bueno e George Ermakoff,³² mostra o embate, no ano de 1875, através de artigos de jornais da época, entre José de Alencar e o abolicionista Joaquim Nabuco (1849-

³¹PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O avesso do mito: escravidão e relações de dependência em o Guarani**. Revista literatura e sociedade. Nº 29, p. 199, jan-jun 2019.

³² BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. (organizadores). **Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil de 1850-1910**, p.133-292, G. ERMAKOFF CASA EDITORIAL, Rio de Janeiro, ano 2005.

1910), diplomata, jornalista, político que criticava publicamente Alencar e sua literatura conservadora:

Por Joaquim Nabuco, O Globo, 03/10/1875.

(...) Ao escrever *Mãe* ele quis ser o criador do teatro brasileiro, cujo característico ficaria sendo a escravidão (...) ao esboçar o *Guarani* tentou fundar a literatura Tupi, alguns séculos depois da destruição da raça ao falar na Câmara, julgou-se chamado a sustentar a escravidão que seus dramas tinham abalado (...)

Em resposta, O Globo, de 07/10/1875, Alencar replica:

(...) Nem nos meus discursos, nem nos meus escritos aplaudi a escravidão; respeitando-a, como lei do país, manifestei-me sempre em favor de sua extinção espontânea e natural, que devia resultar da revolução dos costumes, por mim assinalada (...)

(...) Se *Mãe* fundasse o teatro brasileiro, o característico desse teatro seria a escravidão? Que exprime este grupo de palavras? É o assunto dos dramas o que define uma literatura e a caracteriza, ou é, ao contrário, a escola desse drama, o que lhe imprime o cunho? Assim o característico do teatro de Sófocles, segundo o Sr. Nabuco, será o incesto? (...)

Em relação a obra *Mãe, de 1859*:

(...) *Mãe* já não é uma comédia, é um drama. A ação é simples. Joana é escrava do seu filho Jorge; no dia em que este descobre o segredo do seu nascimento, ela envenena-se e morre. (...) Em *Mãe*, porém, o suicídio que é o drama e que resume-o é apenas um acidente desgraçado que vem surpreender-nos depois que os personagens nos revoltam bastante por sua linguagem, por seus atos, pela ausência completa de senso moral. (...)

(...) Tudo o que há de triste, de raro, de extraordinário, de inverossímil nesse fato, devia impedir o Sr. J. de Alencar de explorá-lo e de carregar ainda de cores tão sombrias a escravidão, já de si triste. (...)

(...) Essa escrava, para a qual os sentimentos da liberdade da família são desconhecidos, condena o filho à maior desgraça que possa ferir o homem, vender a mãe. (...)

(...) E como passa ela do cativeiro do filho para o do último dos usurários? Contenta, alegre, sem que a escravidão lhe pese, tão habituada está a esse ar mefítico. Tudo isso é profundamente humilhante! (...)

(...) O Sr. J. de Alencar, porém, não concluiu contra a escravidão nesse drama. Ele não podia faltar, como o mostrou por seus votos na Câmara, à fé profunda que tem

nos destinos dessa instituição. (...) A escravidão é a atmosfera do seu teatro; os seus personagens respiram nela, e desenvolvem-se com perfeita indiferença nesse meio corrompido. (...)

José de Alencar, em réplica, O Globo, 28/10/1875:

(...) A escravidão é um fato de que todos nós brasileiros assumimos a responsabilidade, pois somos cúmplices nele como cidadãos do Império. (...)

(....) O folhenitista nasceu como a geração coeva em um país de escravos, no seio de uma respeitável e ilustre família servida por escravos. Esses lábios purpúreos, que já não podem sem náuseas pronunciar a palavra *moleque*, talvez sugassem o leite de uma escrava, como aconteceu, não a mim, porém a muitos outros que não lhe cedem no respeito a dignidade humana. Esses ouvidos suscetíveis, que já não podem sofrer o vocábulo *sinhá*, devem tê-lo escutado constantemente na infância, ou outro equivalente.

Mas o nosso alfenim (ai; não me toque!) “aborrece tudo que lembra a escravidão”. Aborrece seu venerando pai, que não se animou a propor a abolição imediata, e a si mesmo, pois deve sua educação e bem-estar ao café, ao algodão e à cana, plantados pelo braço cativo?

Se há questão em que ninguém tenha o direito de lançar pedra é esta. Os próprios emancipadores eram escravagistas um, dois, ou três anos antes, e ficaram sendo-o depois da lei de 1871, porque deixaram subsistir a instituição, e com uma injustiça clamorosa, ensinando os folhos a desprezar o país.

Não devo resolver estas cinzas, das quais ainda podem saltar chispas ardentes. Felizmente que meu pensamento sobre esse magno problema está arquivado em documentos públicos; obras dramáticas, discursos do parlamento; escritos políticos. A posteridade, se ocupar-se desta reforma, julgará.

Há dezessete anos não se tratava no Brasil de votar a emancipação. O Sr. Conselheiro Nabuco de Araújo, era tão conservador como o Sr. Visconde de Itaboraá, e o próprio general da ideia ainda não se tinha lembrado de empreender essa jornada, nem era, como tornou-se depois, o consumado tático das grandes batalhas.

Entre as aspirações, que no parlamento e na imprensa começavam, ainda raras, a manifestar-se para a eliminação desse resto da barbaria, a história registrará o tentame de um escritor, que, a exemplo de Aristófanes, de Plauto, de Molière, aplicou-se, quando lhe permitiam seus modestos recursos, a patentear com o prestígio da cena os perigos e horrores dessa chaga social! (...) Pois é a esse escritor, a esse homem que desde 1857, quando o Sr. Nabuco ainda ia ao colégio, de pajem à cola, trabalha em pró da grande causa da emancipação espontânea; é ao autor de *Demônio familiar*, e de *Mãe*, que uns vinte e seis anos, ainda quase inúteis para este país, lembram-se de acusar da degradação do teatro brasileiro, pelo fato de ter exposto em cena os horrores da escravidão!...”.(....)

ALONSO, diz que Alencar membro do Partido Conservador prolonga o Alencar

ficcionista. Suas *Cartas de Erasmo* ao imperador, de 1867 e 1868, quando o tema esquentava no Conselho de Estado, pintaram a escravidão como instituição natural, típica da infância das sociedades e crucial para a formação do Estado, a colonização e o povoamento do Brasil: “Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto(...) a raça africana entrou neste continente e compôs em larga escala a sua população (...)Eis um dos resultados benéficos do tráfico”.

A pesquisadora destaca que com talento de escritor, Alencar deu a forma mais bem acabada ao escravismo de circunstância na reação ao projeto do governo, que via como “uma conjuração”, “pretexto de revolução”, que produziria “ruína da propriedade”, “miséria pública”, “descalabro da sociedade”. Por tudo isso, exortava seus colegas deputados a votar contra o ventre livre, medida “iníqua e bárbara”.

Já em relação a Joaquim Nabuco, Angela Alonso discorre:

(...) Um príncipe, assim pensou o ministro estadunidense no Brasil, ao dar, no fim da década de 1870, com o jovem belo e encantador. “ Em toda minha vida nunca conheci alguém cujo futuro parecesse mais brilhante(...) Ele cintilava no firmamento do seu país como a estrela da manhã e toda a sua carreira subsequente preencheu esta promessa de juventude.” Para entender esse brilho, é preciso considerar a configuração social na qual surgiu Joaquim Nabuco e que lhe facultou ascender ao céu da política. Longe de ser um self-made man, foi, para usar o termo de Bourdieu, um herdeiro, membro da aristocracia social e da elite política. Seu pai era líder Liberal, senador e conselheiro de Estado José Tomás Nabuco de Araújo, que encontramos nos debates do ventre livre e que o deixou com os padrinhos no engenho Massangano, perto do Recife, logo depois de nascido, em 1849. Ali apreendeu a escravidão em sua modalidade casa-grande. Sem ser filho de proprietários rurais, viveu infância de menino de engenhos, entre ladainhas e rendados, doces e escravos. (ALONSO, 2015).

Retórica

Segundo Luiz Cota e Rita Vasconcelos³³, apesar de aparentar algo muito pouco civilizado, José Murilo de Carvalho nos esclarece que mesmo à agressão pessoal e direta fazia parte de um estilo específico de argumentação fundado na concepção retórica proveniente da reforma pombalina operada no ensino das universidades portuguesas, onde era “clara a exigência de virtude do orador como garantia da capacidade suasória do argumento. No

³³ COTA, Luiz Gustavo Santos e VASCONCELOS, Rita de Cássia Ferreira de. **Abolicionismo e imprensa na Corte e em Ouro Preto na última década da escravidão (1880-1880)**. Temporalidades. Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, nº I, abril/julho de 2010, p. 45 - ISSN:1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades

gênero retórico deliberativo, sobretudo, que é o que se aplica ao debate político, não se pode dizer ‘façam o que eu digo, não o que eu faço’’. (CARVALHO, 1999).

4. A REPERCUSSÃO DOS SAMBAS, BATUQUES E PAGODEIRAS NA IMPRENSA

A partir da segunda metade do século XIX, foram criadas e publicadas na Província do Grão-Pará posturas municipais e editais com o objetivo de disciplinar a população: livres, libertos e escravizados; sobretudo os africanos e seus descendentes, restringindo suas áreas de circulação, impedindo que os mesmos saíssem dos seus trabalhos para irem aos batuques e que causassem danos a propriedade senhorial através de morte de escravizados provenientes de conflitos. Através desses editais e posturas, também se buscava acabar com as *desordens e promiscuidade dos negros*. Retirando os costumes dos “bárbaros africanos”, desta maneira, se conseguiria “civilizar” e diminuir as possibilidades de rebeldias³⁴.

³⁴ NETO, Lira. **Uma história do samba e suas origens**. Companhia das Letras. São Paulo. Ano 2017. p. 27-42.

Camara Municipal.
 De ordem da illma. camara municipal de Belem do Pará faço publico, para conhecimento de todos os municipes, o codigo de posturas em vigor, abaixo transcripto.—
 Secretaria da camara municipal de Belem do Pará, 12 de outubro de 1880.—Camillo Henrique Salgado, secretario.
Codigo de postura da camara municipal de Belem.
TITULO 2.º
Disposições preliminares.

CAPITULO 18.
Das bulhas e voserias.
 Art. 107 E' prohibido sob pena de trinta mil réis de multa :
 § 1.º Fazer bulhas, voserias e danças e gritos sem necessidade.
 § 2.º Fazer batuques ou sambas.
 § 3.º Tocar tambor, carimbó, ou qualquer instrumento que perturbe o sossego durante a noite.
 § 4.º Disparar arma de fogo, excepto por dever de serviço publico, ou necessidade de defeza propria.
 § 5.º Accender fogos do ar, disparar rouqueiras e bombas depois das 10 horas da noite sem licença da camara.
CAPITULO 19.
Jogos, rifas e ajuntamentos illicitos
 Art. 108 São prohibidos todos os jogos de parada e azar por meio de cartas, roletas ou qualquer outro aparelho. Incurrerão na multa de trinta mil réis os infractores que serão tanto os jogadores como as pessoas em cujas casas fizer o jogo, sendo apprehendidos osapparelhos.
 Art. 109 São permittidas com licença da camara as casas publicas dos jogos de bilhar, loto e todos os de tabulos sobre os taboleiros.
 Art. 110 São prohibidos os ajuntamentos de escravos, filhos familia, famulos ou creados nas lojas, tabernas, açougues, ruas e praças sob pena de dez mil réis de multa cada um.
 Art. 111 Quom fizer rifa sem a competente licença incorrerá na multa de trinta mil réis.

Código de Postura de Belém do Pará de

1880. O Liberal do Pará. Ano 1880. Edição 00233.

Os batuques e sambas eram reprimidos por serem considerados ataques à ordem. Conjuntamente com as autoridades na repressão, estavam os jornais que denunciavam e descreviam os batuques para as autoridades policiais. Os jornais caracterizavam as danças negras como sensuais e sensualidade não rimava com civilização.

Além do discurso civilizador, nos jornais constavam sempre o temor das revoltas que poderiam ocorrer por conta do ajuntamento de escravizados nos batuques. São vários os relatos de cenas de confronto entre a polícia e populares em seus divertimentos e cerimônias religiosas.

Eram manifestações noturnas, como as de caráter religioso, as que mais preocupavam a polícia principalmente se envolvessem um grande contingente. Festas onde os

negros dançavam sem parar durante toda a noite, geralmente aos sábados e nas noites anteriores aos dias santos. (Bezerra Neto, 2014).

Os sambas, batuques e pagodeiras eram noticiados como forma de denúncias através da imprensa, ora pelo próprio redator do jornal, mantendo a posição conservadora do jornal, ora por moradores do entorno onde aconteciam os batuques que enviavam para esses periódicos as reclamações:

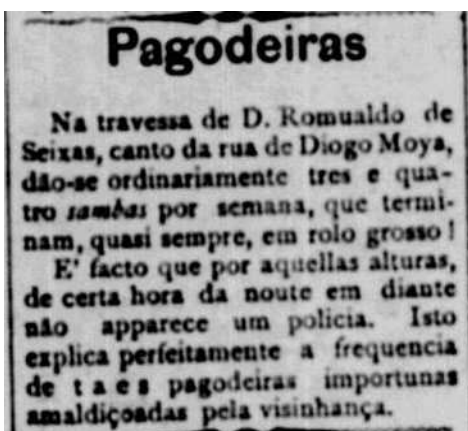


Imagem nº 01

Diário de Notícias. 12 de julho 1887.



Imagem nº 02

Diário de Notícias 15 de novembro de 1884.

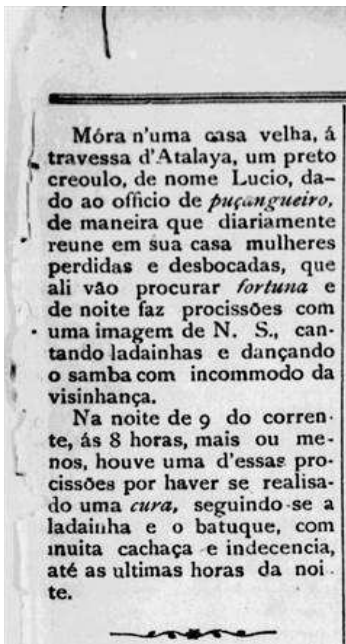


Imagem nº 03 Diário de Notícias. Ano 1884. Edição 00283

Importante reflexão nas duas reclamações acima: o relato do não aparecimento da polícia (imagem nº 01) para acabar com os *sambas*, e a rejeição por parte da maioria de vereadores da Câmara de Bragança, de uma indicação de lei para acabar com as tais *ladainhas*, que servem de pretexto às *pagodeiras* e atos que a moral reprovava. (imagem nº 02).

5. CONCLUSÃO

A pesquisa do trabalho de conclusão de curso apresentado aqui, busca evidenciar a relevância do tema para o estudo histórico ainda na vigência do período escravocrata no Brasil Imperial e suas províncias.

É significativo por que buscou-se trazer a compreensão das relações socioespaciais de negros escravizados e certamente por seus descendentes, por pobres, libertos e mestiços, de suas práticas culturais, de lazer e religiosas, que eram consideradas ofensivas e inconvenientes pelos moradores dos entornos do centro urbano de Belém onde eram realizadas essas práticas.

Através de fontes de jornais e literárias, vimos como se deu a resistência da população negra e pobre através de suas práticas culturais contra o poder conservador instalado atra-

vés de jornais e de seus agentes e do poder público policialesco no período pré abolição da escravatura.

As implicações do tema abordado se deram tanto no ambiente da capital da província do Pará, quanto na capital do Rio de Janeiro.

A pretensão desse trabalho de pesquisa é contribuir para o conhecimento histórico e social belenense trazendo a reflexão sobre as questões levantadas para compreensão histórica local, tentando mostrar a importância do debate e de pesquisa sobre as condições dos sujeitos envolvidos em seu tempo e espaço, e com isso, quem sabe, desvelar a realidade vivida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGOS:

ABOLICIONISMO E IMPRENSA NA CORTE E EM OURO PRETO NA ÚLTIMA DÉCADA DA ESCRAVIDÃO (1880-1880). Luiz Gustavo Santos Cota; Rita de Cássia Ferreira de Vasconcelos e Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Temporalidades. Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, nº I, abril/julho de 2010, p. 45 - ISSN:1984-6150 – www.fafich.ufmg.br/temporalidades.

CENAS DA ESCRAVIDÃO: SENHORES E TRABALHADORES ESCRAVOS EM BELÉM (1860-1888). José Maia Bezerra Neto. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 01, n. 02, p. 01-26, jul./dez. 2014.

DE HERODES PARA PILATOS: VIOLÊNCIA E PODER NA BELÉM DA VIRADA DO SÉC. XIX PARA O SÉC XX. Franciane Gama Lacerda/Maria de Nazaré dos Santos Sarges. Projeto História, São Paulo, n.38, p. 165-182, jun. 2009.

HORTÊNCIA: NATUREZA, DESVIO E DIFERENÇA EM UM ROMANCE AMAZÔNICO. Carmem Izabel Rodrigues. Revista MOARA, n. 33, Belém, jan/jun. 2010.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E DOUTORADO:

A CIDADE DE CAMILO: ESCRAVIDÃO URBANA EM BELÉM DO GRÃO-PARÁ (1871-1888). Luiz Carlos Laurindo Junior, Tese (Mestrado Ciências Humanas). 2012. Universidade Federal do Pará.

MEMÓRIAS DO “VELHO” INTENDENTE: ANTONIO LEMOS – 1869-1973. Maria de Nazaré dos Santos Sarges. 1998. Tese (Doutorado Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.

CÓDIGOS:

CÓDIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 11 DE OUTUBRO DE 1890.

CÓDIGO DE POSTURA DO DISTRITO DE BELÉM (1890)

CÓDIGO DE POLÍCIA MUNICIPAL (1901)

LIVROS:

A VIOLA DE JOANA. VERSOS SEM ARTE. Luiz Demétrio Juvenal Tavares. Impresso na tipografia do “Diário de Notícias”. Ano 1888.

DUELOS NO SERPENTÁRIO: UMA ANTOLOGIA DA POLÊMICA INTELECTUAL NO BRASIL DE 1850-1910. Alexei Bueno e George Ermakoff,. (organizadores). Rio de Janeiro, ano 2005.

FLORES, VOTOS E BALAS: O MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO (1868-1888). Angela Alonso. 1ª Edição – Companhia das Letras. São Paulo. Ano 2015.

O NEGRO NO PARÁ SOB O REGIME DA ESCRAVIDÃO. Vicente Salles. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônia. Série José Veríssimo. Ano 1971.

NA ACADEMIA: JUVENAL TAVARES E AZEVEDO RIBEIRO (TRAÇOS BIOGRÁFICOS). José Maria de Azevedo Barbosa. Conselho Estadual de Cultura. Coleção “Literatura Paraense”. Série “Eustachio de Azevedo”. Belém-Pará. 1979.

UMA HISTÓRIA DO SAMBA E AS SUAS ORIGENS. Lira Neto.

FONTES:

Jornal Diário de Belém- Folha Política, Noticiosa e Commercial.

Edição: 00041 Sábado, 16 de Janeiro de 1869. Ano II. Nº 12. Pará

Edição: 114, Terça, 22 de maio de 1877.

Edição: 000123/00125/00126/00128/00139. Ano: 1881 (Código de Postura de Belém-Pa).

Edição: 00146. Ano: 1884

Edição: 00240. Ano: 1885

Edição: 00033. Ano: 1869 (Foi o que deu origem ao tema).

Jornal: A Constituição: Orgão do Partido Conservador

Edição: B00269. Ano: 1876

Jornal: O Pelicano

Edição: 00002. Ano: 1873